

Avaliação da Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau

Relatório

Com financiamento de:



Em parceria com:



Com apoio técnico de:

coat1

Avaliação da Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau

Relatório

Este documento foi produzido pela Coatl – Consultoria para o Desenvolvimento e é propriedade da Interpeace e Voz di Paz. Todos os direitos são reservados.

Mesquita, João; 2024. Relatório de Avaliação Participativa da Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau.

REALIZADO POR:
COATL – CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO
RUA PINTO BESSA, 248, 2.º ESQ. FRENTE
4300-427 PORTO, PORTUGAL
+351 936 686 432
INFO@COATL.PT
WWW.COATL.PT

Índice

7	1. Introdução
7	1.1 Âmbito e objetivos da avaliação
8	1.2 Descrição da Política Nacional de Juventude
13	2. Metodologia
13	2.1 Abordagem metodológica
14	2.2 Métodos de coleta de dados
14	A. Dados secundários:
14	B. Dados primários:
15	No total, foram auscultadas durante o processo:
15	2.3 Produtos da avaliação
16	2.4 Equipa de avaliação
16	João Mesquita – Líder da equipa de avaliação
19	3. Resultados da Avaliação
19	3.1 Resultados para o critério Relevância
26	3.2 Resultados para o critério Eficácia
35	4. Conclusões da Avaliação
35	Relevância
36	Eficácia
39	5. Recomendações da Avaliação
39	5.1 Recomendações principais
39	Desafio 1: Política Nacional de Juventude desatualizada
39	Desafio 2: Falta de conhecimento da PNJ
40	Desafio 3: Falta de implementação da PNJ
40	Desafio 4: Monitorização e avaliação da PNJ
41	5.2 Recomendações do consultor
42	Anexos
42	Anexo.1 Lista de entidades consultadas por meio dos grupos focais com jovens membros de organizações juvenis
43	Anexo.2 Lista de organizações governamentais da Guiné-Bissau que responderam ao questionário
43	Anexo.3 Lista de entidades consultadas por meio dos grupos focais com jovens membros de organizações juvenis



1. Introdução

1. Introdução

1.1 Âmbito e objetivos da avaliação

O presente Relatório é produto do processo de **Avaliação Participativa da Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau (PNJ)**. Esta avaliação enquadra-se no âmbito do projeto "Políticas e Instituições Inclusivas para uma Sociedade Pacífica: Fortalecimento do Tecido Social e Promoção da Participação Significativa da Juventude na Tomada de Decisões na Guiné-Bissau", implementado pela **Interpeace** em parceria com a **Voz di Paz – Iniciativa para a Consolidação da Paz** (VdP), com fundos do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas (United Nations Peacebuilding Fund) e apoio institucional do Instituto da Juventude e FNUAP – Fundo de População das Nações Unidas.

O projeto em causa centra-se nas dinâmicas das organizações juvenis, visando promover uma colaboração mais estreita e construir pontes mais fortes entre as organizações, reforçando a relação entre elas e melhorando a sua cooperação, o que é fundamental para o estabelecimento de uma Agenda Comum da Juventude e para a influência da juventude na tomada de decisões (Resultado 2 do projeto).

No seu desenho, o projeto pretendia envolver todas as organizações juvenis ativas no território nacional, com vista a levar a cabo um processo participativo promovendo a avaliação e revisão coletiva da Política Nacional da Juventude e a sua disseminação, aumentando a legitimidade de uma visão comum da juventude que promova a participação coletiva e a contribuição para a coesão social.

O documento do projeto estabelecia como Resultado Esperado (Resultado 2), que “os jovens membros de organizações juvenis desenvolvem prioridades políticas partilhadas e regras básicas de organização para informar a atividade do governo e trabalhar em conjunto para os fazer avançar, valorizando a diversidade”. Reconhecia ainda que as instituições juvenis e as OSC deveriam desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento e implementação de um exercício de avaliação da Política Nacional de Juventude (produto 2.1) e na divulgação dos seus resultados (produto 2.2), contribuindo para a revisão e actualização da atual Política de Juventude e para tornar a sua implementação mais eficaz.

De forma mais específica, estabelecia como Produto 2.1 – Um processo participativo e inclusivo para avaliar o conteúdo da PNJ desenvolvido em 2015 e produzir recomendações para tornar a política mais relevante para as necessidades atuais e emergentes de mulheres e homens jovens de diferentes origens, incluindo jovens, mulheres e homens, com deficiências e outros grupos marginalizados.

Para tal, deveriam ser implementadas as seguintes atividades:

- 2.1.1 Reforço da capacidade de avaliação das políticas públicas das OSC e instituições envolvidas no processo.
- 2.1.2 Desenvolvimento participativo dos instrumentos de recolha de dados.
- 2.1.3 Recolha de dados a nível nacional.
- 2.1.4 Análise de dados e produção de lições aprendidas e recomendações políticas.

O presente relatório resulta, precisamente, de uma consultoria prestada pela Coatl durante o ano de 2024 e que passou pelas quatro etapas acima descritas. Nos capítulos 2.1 e 2.2 deste relatório são descritos com mais informação todos os passos levados a cabo para permitir a realização da avaliação e a produção do relatório.

Com a ambição de contribuir diretamente para a implementação da Política Nacional de Juventude 2015-2035, o projeto levou a cabo este exercício de avaliação participativa, focado não só na análise do que foi feito desde 2015 (eficácia), mas também na análise da importância que o documento assume no contexto nacional (relevância). A ambição maior deste esforço é contribuir para uma implementação da política mais eficaz.

1.2 Descrição da Política Nacional de Juventude

(informação retirada do documento da Política Nacional de Juventude)

A Política Nacional de Juventude tem uma vigência de 20 anos, tendo sido apresentada publicamente em 2015 e devendo ser implementada até 2035. A presente avaliação debruçou-se sobre o período compreendido entre 2015 e 2024.

Segundo o documento, a Política Nacional de Juventude toma a cargo a concretização do desiderato maior de fazer da juventude um elemento-chave para o desenvolvimento socioeconómico e a consequente emergência da Guiné-Bissau. Para tal, foi desenvolvido pelo Ministério da Juventude, com apoio do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, uma estratégia para a juventude da Guiné-Bissau que se desejava fosse transversal, holística, consensual e inclusiva.

O processo de conceção da PNJ foi liderado por uma Comissão Multissetorial de Elaboração da Política Nacional de Juventude (CMEPNJ), criada pela secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto, e procurou seguir os princípios de uma abordagem participativa. Com coordenação do Ministério da tutela, a referida Comissão integrou diferentes entidades ativas no sector e levou a cabo um conjunto de atividades que permitiram o desenvolvimento e aprovação política do documento, a saber:

- contratação de um consultor internacional e de dois consultores nacionais para produzir os documentos de trabalho para todos os encontros de reflexão
- realização de momentos de concertação regional descentralizados
- realização de momento de concertação nacional juntando parceiros chave

O processo foi finalizado com a realização de um seminário nacional de validação técnica da Política Nacional de Juventude, do plano de ação prioritário, do sistema de seguimento-avaliação e de um plano de formação dos agentes encarregados da execução.

Segundo o documento, “a Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau foi elaborada a favor do grupo social dos jovens, composto por indivíduos, rapazes e raparigas, de idades dos 15 aos 35 anos, conforme a definição de Juventude na Guiné-Bissau”.

A PNJ tem como missão “fazer dos jovens guineenses cidadãos responsáveis e empenhados, parceiros ativos e incontornáveis pelo seu contributo para o desenvolvimento durável e equitável, a construção da Paz, Democracia e da boa imagem da Guiné-Bissau e de África”.

O documento define as principais orientações estratégicas da Política, elencando os vários objetivos gerais e específicos que pretende alcançar, bem como as principais ações a serem desenvolvidas para esse propósito. Em suma, o documento define as seguintes prioridades:

Orientações Estratégicas	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
1. Desenvolvimento nos jovens das aptidões, atitudes e comportamentos favoráveis à paz, democracia, à participação na vida pública nacional, regional, africana e internacional.	Objetivo Geral 1. Formar cidadãos empenhados na vida pública, na paz e na democracia.	Objetivo específico 1. Desenvolver a educação para a cidadania, os direitos humanos, a paz e a democracia.
	Objetivo Geral 2. Reforçar a participação dos jovens na vida pública nacional, regional e internacional.	Objetivo específico 2. Reforçar a participação dos jovens nas atividades de desenvolvimento nacional.
		Objetivo específico 3. Assegurar a participação dos jovens na gestão da coisa pública.
		Objetivo específico 4. Assegurar a participação dos jovens nos programas internacionais e regionais.
	Objetivo Geral 3. Promover a escolarização e lutar contra o analfabetismo.	Objetivo específico 5. Contribuir para aumentar bastante a taxa de escolarização.
		Objetivo específico 6. Contribuir para baixar significativamente a taxa de analfabetismo incluindo o digital.
2. Desenvolvimento do capital humano jovem para uma transição de sucesso para a idade adulta.	Objetivo Geral 4. Promover a saúde dos jovens.	Objetivo específico 7. Reduzir para 1% a taxa de prevalência das IST/SIDA e erradicar as gravidezes precoces e não desejadas e a violência doméstica sobre os jovens.
		Objetivo específico 8. Reduzir a exploração das crianças e erradicar o consumo de droga, álcool e tabaco entre os jovens.
	Objetivo Geral 5. Desenvolver o acesso dos jovens a atividades de lazer saudáveis.	Objetivo específico 9. Promover a animação sociocultural e socioeducativa.
		Objetivo específico 10. Promover a animação desportiva.
	Objetivo Geral 6. Desenvolver a empregabilidade dos jovens e facilitar o seu acesso ao mercado de trabalho.	Objetivo específico 11. Reforçar a oferta de formação profissional.
	Objetivo Geral 7. Promover o autoemprego dos jovens.	Objetivo específico 12. Desenvolver estratégias de acompanhamento dos jovens no mercado de trabalho.
3. Reforço da participação dos jovens no desenvolvimento económico.		Objetivo específico 13. Promover o espírito empreendedor entre os jovens.
		Objetivo específico 14. Acompanhamento das iniciativas de criação de empresas por jovens.

Orientações Estratégicas	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
4. Melhoria da governação do setor e dos mecanismos de financiamento.	Objetivo Geral 8. Reforço das capacidades de pilotagem do setor.	Objetivo específico 15. Racionalização da organização, procedimentos administrativos, financeiros e instrumentos de gestão da Política Nacional da Juventude.
		Objetivo específico 16. Desenvolvimento das capacidades de planeamento, de comunicação, de seguimento-avaliação e de controlo das intervenções que o setor tem.
	Objetivo Geral 9. Melhorar a governação financeira do setor.	Objetivo específico 17. Reforçar as parcerias e a cooperação entre as partes interessadas da Política Nacional da Juventude.
		Objetivo específico 18. Racionalizar a gestão financeira.
		Objetivo específico 19. Desenvolver mecanismos alternativos de financiamento da PNJ.

2

2. Metodologia

2. Metodologia

2.1 Abordagem metodológica

Atendendo às especificidades da Política Nacional de Juventude e à particular natureza do principal grupo-alvo desta (jovens), definiu-se, desde o princípio do processo, que a avaliação deveria seguir uma abordagem metodológica baseada nos princípios da **Avaliação Participativa**.

A Avaliação Participativa é uma abordagem muito utilizada no sector da Cooperação para o Desenvolvimento e em particular em avaliações finais de projetos ou políticas públicas, que procura envolver as partes interessadas de uma intervenção no seu processo de avaliação, incluindo na validação de conclusões e recomendações. Deste modo, assegura-se essencialmente que todos os resultados da avaliação se ancoram na inclusão das perspetivas dos diversos informantes-chave envolvidos na coleta de dados, reunindo-se evidências robustas e complementares que permitam uma eficaz triangulação dos dados e traduzam uma leitura fiel da realidade.

No caso particular desta avaliação, este envolvimento consistiu no envolvimento das diferentes partes interessadas desde o desenho metodológico até à discussão das conclusões da avaliação e desenvolvimento colaborativo das principais recomendações. Abaixo, são identificadas as principais atividades realizadas para garantir o respeito pelos princípios da Avaliação Participativa:

- Formação sobre Avaliação de Políticas Públicas (3 dias) para membros da equipa Voz di Paz e Interpeace, entidades responsáveis pela recolha de dados primários;
- Foram ainda incluídos nesta formação técnicos do Instituto da Juventude e membros das principais Redes Juvenis;
- Após a formação, foi realizado um workshop (2 dias) para definição conjunta das perguntas de avaliação, envolvendo técnicos do Instituto da Juventude, Voz di Paz, Interpeace, RENAJ e CNJ.
- Ainda durante este workshop, foram também desenvolvidos os principais instrumentos para recolha de dados primários, nomeadamente os guiões para os grupos focais e questionários.
- Recolha de dados primários junto de jovens, organizações juvenis, organizações governamentais e organizações internacionais em todas as regiões do país.
- Realização de um Seminário para discussão pública das conclusões da avaliação, envolvendo Redes Juvenis e órgãos do Estado.
- Também durante o Seminário, foram desenvolvidas e validadas de forma participativa as principais recomendações da avaliação.

2.2 Métodos de coleta de dados

A avaliação foi implementada com recurso a uma abordagem “multi-método”, que combinou o recurso a dados qualitativos e quantitativos, e seguiu as orientações e princípios definidos pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

No âmbito do processo de avaliação foram utilizadas as seguintes **técnicas de recolha de dados**:

A. Dados secundários:

- Análise documental: revisão do documento da Política Nacional de Juventude e outros documentos relevantes sobre o sector da juventude.
- Dados de questionário de *baseline* do projeto “Políticas e instituições inclusivas para uma sociedade pacífica: reforçar o tecido social e fomentar a participação significativa dos jovens na tomada de decisões na Guiné-Bissau”. Este questionário foi aplicado a jovens membros de organizações juvenis em todo o território nacional no ano de 2023.

Dados técnicos do questionário:

- 240 respostas: 122 mulheres (51%) e 118 homens (49%)
- 19 jovens com deficiência (8%)

B. Dados primários:

- Questionário aplicado a organizações ativas no sector da juventude. O questionário foi aplicado a organizações internacionais, ONGs nacionais, Redes de organizações, União Europeia e Agências da ONU.

Dados técnicos do questionário:

- 24 respostas (ver anexo 1)
- taxa de resposta de 41% (24 em 58)

- Questionário aplicado a organizações governamentais da Guiné-Bissau. Foram identificadas as principais entidades governamentais do país com responsabilidades em matérias de juventude e foi-lhes endereçado um convite formal para responderem ao mesmo.

Dados técnicos do questionário:

- 4 respostas
- taxa de resposta de 44% (4 em 9)
- Grupos focais com jovens membros de organizações juvenis. Foram realizados grupos focais em todas as regiões do país, envolvendo membros de diversas Organizações Juvenis.

Dados técnicos dos grupos focais:

- 9 grupos focais
- 63 organizações juvenis envolvidas (ver anexo 3)
- 86 jovens envolvidos
- Grupos focais realizados no Oio, Bafatá, Biombo, Bissau, Gabú, Tombali, Cacheu, Quinara e Bubaque

→ Grupos focais com jovens que não são membros de organizações juvenis. Por forma a garantir uma maior representatividade dos jovens que participaram na avaliação, foram ainda realizados grupos focais em todas as regiões do país com jovens que não pertencem a Organizações Juvenis.

Dados técnicos do questionário:

- 9 grupos focais
- 110 jovens envolvidos
- Grupos focais realizados no Oio, Bafatá, Biombo, Bissau, Gabú, Tombali, Cacheu, Quinara e Bubaque

No total, foram auscultadas durante o processo:

- 24 organizações activas no sector da juventude (organizações internacionais, ONGs nacionais, Redes de organizações, União Europeia e Agências da ONU)
- 4 organizações governamentais da Guiné-Bissau
- 63 organizações juvenis da Guiné-Bissau
- 436 jovens

2.3 Produtos da avaliação

Da presente avaliação resultam um conjunto de produtos que deverão servir para 1) divulgar de forma ampla os resultados da avaliação; 2) mobilizar as Organizações ativas no sector da juventude para acelerar a implementação da PNJ e pressionar o Governo para a sua concretização; 3) influenciar o Governo, em particular o Instituto da Juventude, na priorização da PNJ e da sua implementação eficaz por todo o país.

Assim, foram produzidos os seguintes produtos:

- Relatório final da avaliação
- Apresentação PowerPoint com os principais resultados da avaliação
- (em fase de conclusão) Documento de *Policy Brief* que resume sumariamente os objetivos da avaliação, a metodologia aplicada, as principais conclusões e as recomendações produzidas de forma participativa com Redes Juvenis e órgãos do Estado

2.4 Equipa de avaliação

A avaliação externa da Política Nacional de Juventude foi conduzida pela Coatl – Consultoria para o Desenvolvimento. Fundada em 2015, a Coatl tem como missão apoiar e capacitar organizações que atuam no interesse público, através da prestação de serviços de consultoria e avaliação que visem promover o desenvolvimento enquanto mudança estrutural e duradoura das organizações, das comunidades e da sociedade.

O processo de avaliação foi desenhado, implementado e gerido de forma colaborativa com a Interpeace e Voz di Paz, tendo sido realizadas várias reuniões de trabalho presenciais e à distância entre as partes. Todas as ferramentas de avaliação utilizadas foram também desenhadas de forma colaborativa, assim como o processo de análise dos dados.

A avaliação foi realizada por um consultor com vasta experiência no desenho e condução de processos similares, detentor de um conhecimento profundo do contexto da Guiné-Bissau e do sector da juventude:

João Mesquita – Líder da equipa de avaliação

Licenciado em Economia e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG – Universidade de Lisboa). É fundador e sócio-gerente da Coatl. Tem mais de 12 anos de experiência profissional dedicada à monitorização e avaliação de projetos, programas e políticas públicas, tendo liderado dezenas de avaliações em países como Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, África do Sul, Zâmbia, Timor-Leste, México, Peru, Colômbia, Argentina, Brasil, Uruguai e El Salvador, bem como em Portugal e a nível europeu. Enquanto avaliador e consultor colaborou com entidades como UNICEF, FAO, ACNUR, FIDA, OIM, Conselho da Europa, Comissão Europeia, entre muitas outras organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. É professor convidado na Porto Business School, na Universidade Católica do Porto e no Instituto Politécnico do Porto em temas relacionados com avaliação. Faz parte da bolsa de especialistas de avaliação da FAO.

3. Resultados da Avaliação

3. Resultados da Avaliação

3.1 Resultados para o critério Relevância

De seguida, são apresentadas, de forma breve, a resposta às perguntas de avaliação sobre o critério da Relevância.

P1. Até que ponto o processo de concepção da PNJ foi participativo e inclusivo?

O processo de concepção da Política Nacional de Juventude procurou seguir os princípios de uma abordagem participativa, que envolvesse as diferentes partes interessadas no processo. Segundo o próprio documento da Política, a ideia por trás desta opção sempre foi garantir que o processo de construção do documento fosse participativo e inclusivo, mas também garantir que o documento, e os seus conteúdos, refletissem esse espírito e que a Política pudesse agregar os esforços de todos os agentes envolvidos no sector da Juventude em torno da sua implementação.

Para garantir que tal sucedesse, e como referido no capítulo 1.2 deste relatório, foi criada pela Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto uma Comissão Multissetorial de Elaboração da Política Nacional de Juventude (CMEPNJ) que, como o próprio nome indica, asseguraria que dessa Comissão fizessem parte diferentes agentes envolvidos e com responsabilidade no sector. Esta Comissão encarregou-se, posteriormente, e em colaboração com Fundo das Nações Unidas para a população (UNFPA), de contratar um consultor internacional e de dois consultores nacionais para produzir os documentos de trabalho necessários para o desenvolvimento da Política Nacional de Juventude.

Complementarmente, e por forma a garantir que o processo tinha também em conta a perspetiva dos próprios jovens, foram organizados vários momentos de concertação regional descentralizados e, por fim, um evento de concertação nacional que juntou diversos parceiros chave para validação final dos principais objetivos da Política. Nestes momentos de concertação participaram várias Redes Juvenis e Associações de Jovens, com atuação por todo o território nacional.

Se estas informações indicam que o processo foi efetivamente liderado e conduzido com um propósito de ser participativo e inclusivo das diferentes posições, interesses e visões para o sector da Juventude, os dados recolhidos pela avaliação indicam que os jovens participantes nestes espaços de concertação foram, sobretudo, jovens que fazem parte de associações. Ou seja, foram auscultados apenas jovens que fazem parte de estruturas formais e legalmente constituídas, não tem sido assegurada a representatividade de todos os outros jovens que não fazem parte de associações, e que se acredita ser a maioria da população nesta faixa etária.

P2. Em que medida a PNJ está alinhada com as Convenções Regionais e Internacionais sobre Juventude?

Tal como mencionado no próprio texto do documento da Política Nacional de Juventude, o desenho da PNJ teve por base, para além dos contributos recolhidos ao nível de dados primários, as principais orientações globais e regionais sobre juventude.

De uma análise cuidada das prioridades incluídas na Política Nacional de Juventude, bem como dos principais documentos de planeamento setorial a nível global e regional, é possível concluir que a PNJ está perfeitamente alinhada com as principais diretrizes definidas por meio destes documentos para o desenvolvimento do setor e da juventude em geral.

Sob pena de ficarem sempre documentos por identificar, são referidos abaixo os principais planos, políticas e estratégias com as quais o documento da PNJ se encontra alinhado.

A PNJ está em linha com a Resolução 2250 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU 2250), o primeiro quadro político internacional que reconhece o papel positivo que os jovens desempenham na prevenção e resolução de conflitos, no combate ao extremismo violento e na construção da paz. Ainda a nível global, a PNJ é coerente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular com o ODS 4 e ODS 8. Adicionalmente, as prioridades definidas para a PNJ estão alinhadas com o que é estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Global Youth Initiative (UNESCO), OIT e CEDAW.

Ao nível regional, a PNJ é coerente com as orientações definidas no Quadro Continental da União Africana para a Juventude, a Paz e a Segurança e com a agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS) no continente. Para além destes, a PNJ coincide com as políticas definidas na Carta da Juventude Africana, que refere que a juventude deve ser vista como *«um parceiro e um trunfo incontornável para o desenvolvimento sustentável, a paz e a prosperidade em África, que pode dar um contributo único para o desenvolvimento presente e futuro»*. O mesmo sucede com o Plano de Ação da Década da Juventude e a Decisão de Malabo sobre o Empoderamento dos Jovens, todos implementados através de vários programas da Agenda 2063 da União Africana. Ainda ao nível regional, a PNJ é coincidente com as prioridades definidas na Política de Juventude da CEDEAO e o correspondente Plano Estratégico de Ação, bem como com os principais objetivos setoriais da CPLP.

A nível nacional, a PNJ concorre ainda para as prioridades definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento e demais políticas setoriais ao nível da educação, igualdade de género, emprego, entre outras.

P3. Até que ponto o público-alvo (jovens) conhece a PNJ?

Os dados recolhidos por meio dos diferentes métodos utilizados pela avaliação indicam, de forma consistente, que a grande maioria dos jovens desconhece a existência de uma Política Nacional de Juventude e que os que sabem da existência do documento, não conhecem os seus objetivos e prioridades.

Esta evidência resulta, em primeiro lugar, da análise de dados feita aos contributos recolhidos por meio dos grupos focais com jovens (pertencentes a associações ou não) nas diferentes regiões. Nestes espaços os jovens afirmaram não saber que a Guiné-Bissau tinha uma Política Nacional de Juventude, e muito menos conheciam quais as prioridades que haviam sido definidas no documento.

Em segundo lugar, esta evidência é confirmada pelos dados recolhidos em 2023 por meio do questionário de *baseline* do projeto “Políticas e instituições inclusivas para uma sociedade pacífica: reforçar o tecido social e fomentar a participação significativa dos jovens na tomada de decisões na Guiné-Bissau”, que recolheu 240 res-

postas de jovens por todo o território nacional. As repostas a este questionário indicam que 79% dos jovens inquiridos não sabe da existência da PNJ (ver figura 1).

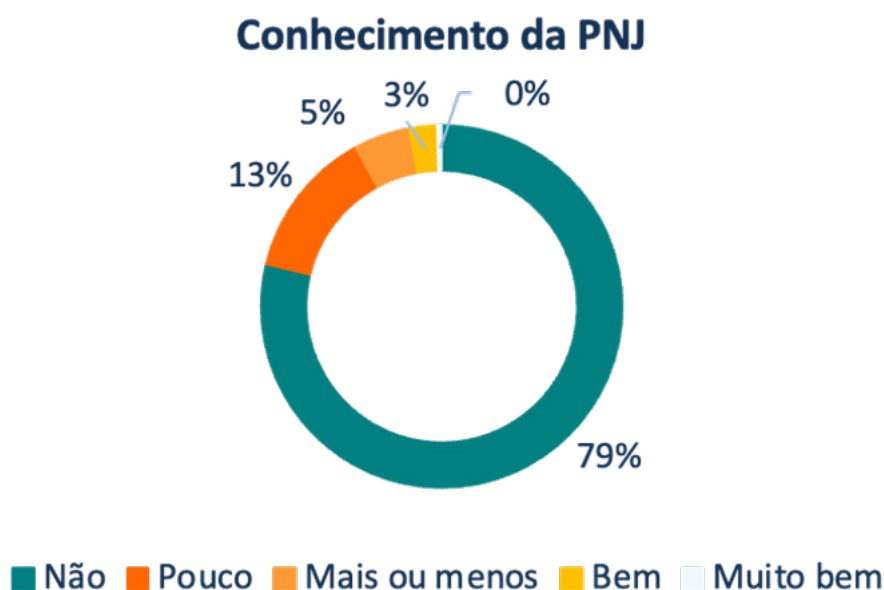


Figura 1 – Dados sobre conhecimento da existência de uma Política Nacional de Juventude (fonte: questionário de baseline de 2023)

Por meio do mesmo questionário, a avaliação procurou saber se os poucos jovens que afirmaram saber da existência do documento, conheciam o seu conteúdo (prioridades e objetivos). Os dados indicam que, desses, apenas 4% conhecem bem o documento, sendo que 74% conhecem pouco ou sabem apenas que ele existe, mas nem sequer conhecem o que nele ficou definido.

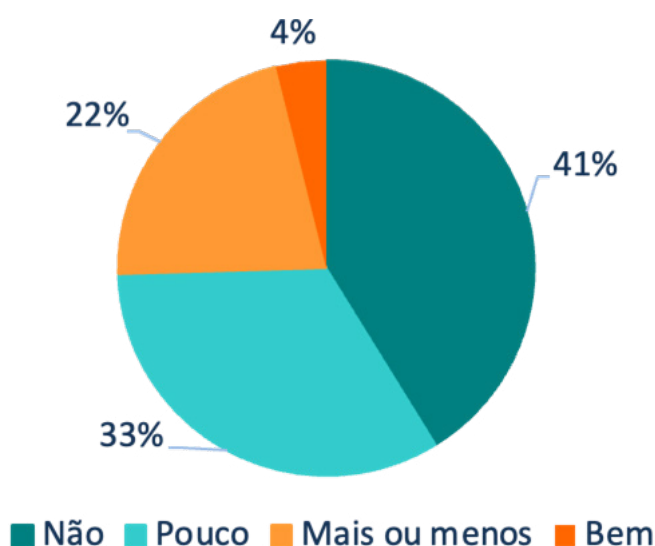


Figura 2 – Dados sobre conhecimento dos objetivos e prioridades definidos no documento da Política Nacional de Juventude (fonte: questionário de baseline de 2023)

É importante referir que os jovens auscultados pela avaliação não foram, certamente, os mesmos que em 2014 e 2015 participaram na formulação da Política Nacional de Juventude. Aliás, muitos desses são hoje adultos e nem sequer seriam considerados como público-alvo do questionário aplicado ou dos grupos focais reali-

zados. Mas as perguntas a respeito deste tópico não eram focadas em saber se tinham participado no processo, mas sim se conheciam a PNJ e os seus objetivos. Os resultados obtidos são, como explicado acima, muito esclarecedores sobre o grau de desconhecimento da Juventude em relação ao documento.

P4. Até que ponto as Organizações da Sociedade Civil, Org. Internacionais e outros atores ativos no sector conhecem a PNJ?

Para além dos jovens, a avaliação procurou também saber se as Organizações da Sociedade Civil, Organizações Internacionais e outros atores ativos no sector, como Redes Juvenis, conhecem a PNJ. E tal como no caso dos jovens, a pergunta foi colocada por meio de questionário e procurava aferir se 1) conheciam a Política e 2) estavam familiarizados com o seu conteúdo.

Os dados recolhidos junto destas organizações permitem concluir que, ao contrário dos jovens, a PNJ é do conhecimento da maioria das organizações (79%). Também o grau de conhecimento sobre o conteúdo da PNJ, por parte das 79% de organizações que conhecem o documento, é superior ao reportado pelos jovens, com 42 % a referirem conhecer bem ou muito bem os objetivos e prioridades inscritas no documento (figura 3). Por outro lado, das 79% de organizações que sabe da existência da PNJ, 26% conhece pouco ou nada do documento (ver figura 4 na página seguinte).

A vossa organização/instituição tem conhecimento da PNJ?

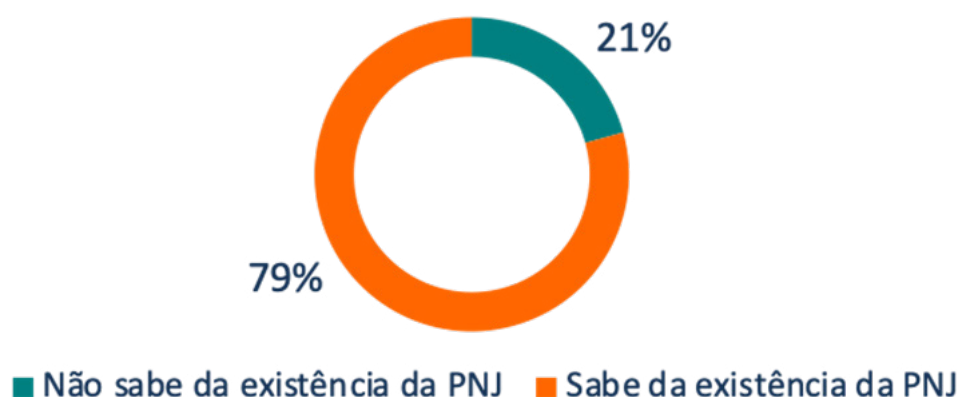


Figura 3 – Dados sobre conhecimento da existência de uma Política Nacional de Juventude (fonte: questionário aplicado a organizações ativas no sector da juventude)

Quanto está familiarizado com o seu conteúdo?

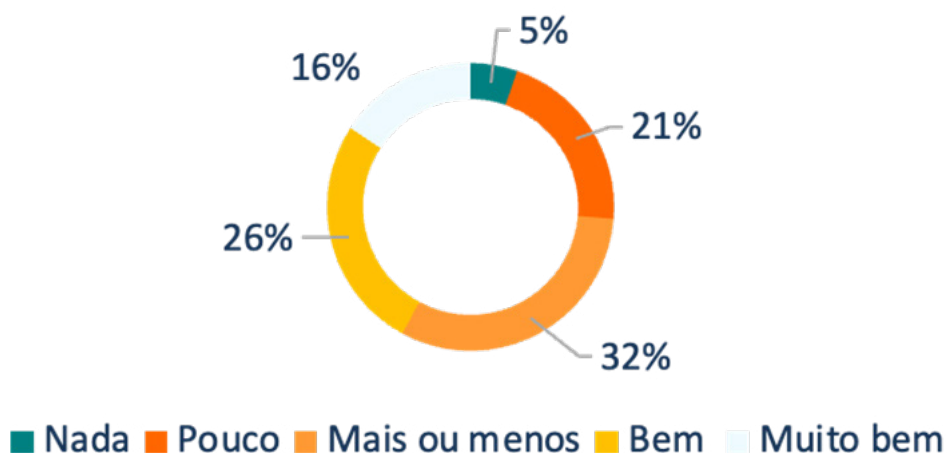


Figura 4 – Dados sobre conhecimento dos objetivos e prioridades definidos no documento da Política Nacional de Juventude (fonte: questionário aplicado a organizações ativas no sector da juventude)

Pese embora os resultados mais positivos recolhidos junto destas organizações, há evidências que sustentam a necessidade de se promover um maior envolvimento destas organizações na monitorização e implementação da Política Nacional de Juventude. Para além dos vários relatos recolhidos por meio do questionário aplicado a estas organizações, os dados recolhidos indicam que 3 em cada 4 destas organizações (75%) nunca foi consultada por parte do Instituto da Juventude relativamente aos progressos feito relativamente à implementação da Política, desde 2015.

P5. Até que ponto as entidades governamentais e os partidos políticos conhecem a PNJ?

As mesmas questões, sobre o conhecimento da existência de uma Política Nacional de Juventude, e dos seus objetivos e prioridades, foi colocada aos órgãos políticos que acederam a responder ao questionário que lhes foi enviado.

Neste caso, 75% das entidades respondentes reconhecem saber da existência da PNJ e, dessas, 67% afirmam ter um conhecimento muito bom dos conteúdos do documento, nomeadamente as suas orientações estratégicas e objetivos gerais e específicos.

Já foi consultado sobre a PNJ?

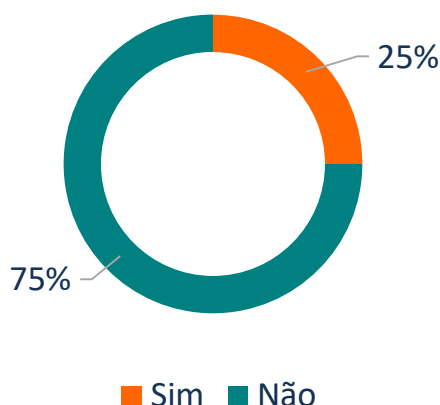


Figura 5 – Dados sobre as organizações do sector da juventude que já foram consultadas pelo Instituto da Juventude relativamente à monitorização e implementação da Política Nacional de Juventude (fonte: questionário aplicado a organizações ativas no sector da juventude)

P5. Até que ponto as entidades governamentais e os partidos políticos conhecem a PNJ?

As mesmas questões, sobre o conhecimento da existência de uma Política Nacional de Juventude, e dos seus objetivos e prioridades, foi colocada aos órgãos políticos que acederam a responder ao questionário que lhes foi enviado.

Neste caso, 75% das entidades respondentes reconhecem saber da existência da PNJ e, dessas, 67% afirmam ter um conhecimento muito bom dos conteúdos do documento, nomeadamente as suas orientações estratégicas e objetivos gerais e específicos.

A vossa organização/instituição tem conhecimento da PNJ?

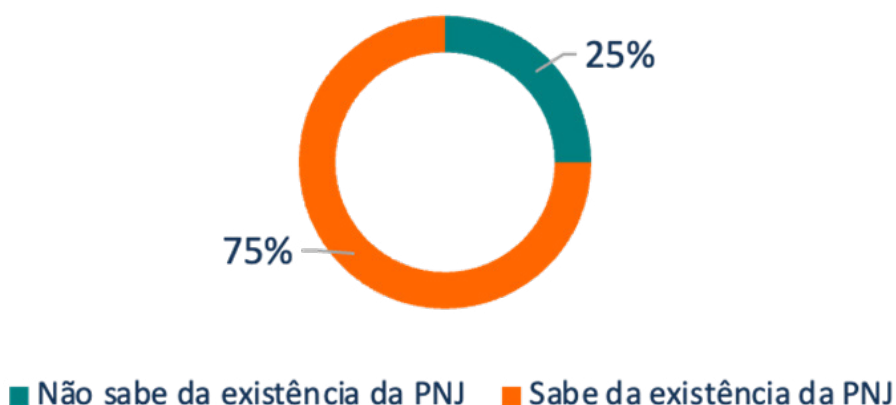


Figura 6 – Dados sobre conhecimento da existência de uma Política Nacional de Juventude (fonte: questionário aplicado a organizações do sector político)

Quanto está familiarizado com o seu conteúdo?

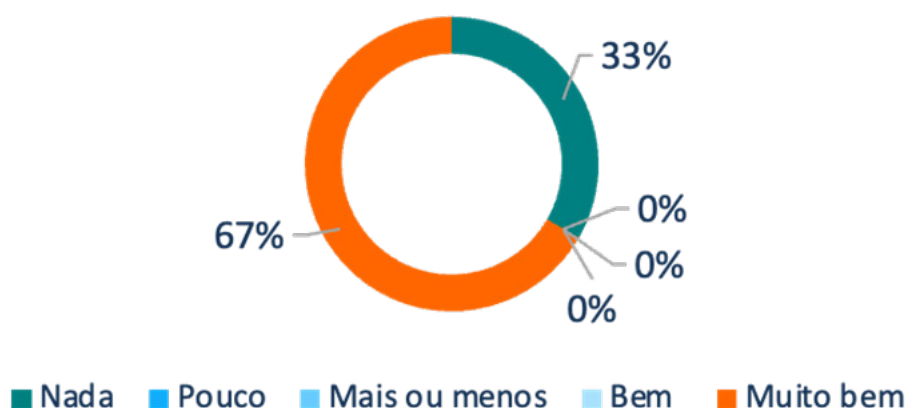


Figura 7 – Dados sobre conhecimento dos objetivos e prioridades definidos no documento da Política Nacional de Juventude (fonte: questionário aplicado a organizações do sector político)

P6. Até que ponto o diagnóstico reflete as necessidades e preocupações dos jovens?

De acordo com as informações recolhidas junto dos jovens, por meio dos grupos focais, as áreas de diagnóstico consideradas no documento da Política Nacional de Juventude, são consideradas importantes pelos membros desta faixa etária e refletem algumas das suas maiores preocupações ou necessidades. Assuntos como a empregabilidade, educação ou participação política são considerados da maior importância para o presente e futuro dos jovens e os problemas identificados são considerados relevantes para estes.

Apesar disto, os jovens auscultados nos grupos focais (fossem membros de associações juvenis ou não) referem que o diagnóstico realizado exclui vários temas que são da maior importância para os mais jovens nos dias de hoje e que, por isso, a Política Nacional de Juventude deveria ser atualizada para integrar estes temas em falta no diagnóstico. Entre as principais áreas consideradas como prioritárias para os jovens que não estão incluídas no diagnóstico que deu origem à PNJ destacam-se as seguintes (mais vezes referidas pelos jovens):

- educação
- alterações climáticas
- combate à corrupção
- acesso a serviços de saúde de qualidade
- transportes
- agricultura
- acesso e posse da terra
- migrações

P7. Em que medida a PNJ (orientações estratégicas, objetivos e ações) responde às necessidades/interesses dos jovens?

As respostas dos jovens a esta questão foram perfeitamente coerentes às dadas à pergunta anterior, quando questionados sobre se as orientações estratégicas, objetivos gerais e específicos definidos para a Política Nacional de Juventude respondiam às suas principais necessidades ou interesses. Segundo os jovens auscultados,

dos, as prioridades definidas no documento são importantes para a sua geração e para o futuro da juventude na Guiné-Bissau.

Contudo, e tal como para o caso do diagnóstico, consideram que o documento não espelha de forma apropriada todas as expectativas e preocupações dos jovens do presente. Para estes, o documento deveria ser alvo de uma atualização, para que também ao nível das opções estratégicas e objetivos da PNJ fossem considerados os temas referidos como estando em falta no diagnóstico e listados no ponto anterior.

P8. Até que ponto a PNJ é útil para os atores do sector?

Segundo os dados recolhidos junto das organizações ativas no setor da juventude, pese embora as limitações estruturais (objetivos nem sempre bem definidos) e conjunturais (prioridades estão desatualizadas faltando temas relevantes para toda a sociedade guineense) do documento a PNJ, este é um documento útil para a sua atuação, na medida em que lhes permite orientar os seus processos de planeamento em direção à visão que o país tem para o setor.

O documento é considerado relevante pois identifica áreas prioritárias de trabalho e objetivos relevantes. Isto permite às organizações conhecer as principais prioridades políticas setoriais e planear a sua atuação em concordância com esses eixos estratégicos. Contudo, tal como no caso dos jovens, também estas consideram que o documento carece de uma atualização para que possa ser mais abrangente, atual e relevante para todo o setor e, em particular, para os jovens guineenses.

3.2 Resultados para o critério Eficácia

P9. Em que medida os objetivos (orientações estratégicas, objetivos gerais, objetivos específicos e ações) da PNJ estão a ser alcançados?

Uma das grandes limitações ao exercício desencadeado por esta avaliação é a ausência de dados agregados, atualizados e fiáveis sobre o grau de implementação da PNJ por parte do Estado guineense, o próprio Instituto da Juventude e das organizações com atuação no setor, incluindo associações de jovens. Assim, esta avaliação procurou recolher evidências que ajudassem a aferir qual o ponto de situação atual, passados quase 10 anos da publicação da PNJ, e focando a análise a três níveis:

1. Número de atividades ou iniciativas implementadas que contribuem para o alcance dos objetivos da PNJ;
2. Percepção dos jovens sobre os avanços logrados;
3. Medida em que a PNJ é possível de avaliar em termos de eficácia, tal como estão definidas as suas prioridades.

No documento da PNJ era definido que seria desenvolvido um sistema próprio de monitorização e avaliação da eficácia da política, que deveria fornecer evidências e informações que permitissem aferir “o desempenho dos programas da Política Nacional de Juventude, por um lado, e, por outro lado, a situação global do setor da juventude em termos de percepção e pertinência dos programas selecionados no plano de ações”. Contudo, este sistema nunca foi colocado em prática, tal como não foram criados os Comitês Regionais e Nacional de Seguimento-Avaliação.

Apesar destas dificuldades, a presente avaliação conseguiu identificar, com apoio das partes auscultada durante o processo, mais de 40 projetos direcionados a jovens desde 2015. Este dado é relevante para compreender que, apesar, da inoperância da implementação da Política Nacional de Juventude, os parceiros na-

cionais e internacionais têm continuado a desenvolver trabalho relevante com vista a solucionar os problemas que afetam os jovens na Guiné-Bissau. Este número de projetos deve ainda ser analisado sob um prisma de “amostra”, pois certamente haverá muitas outras iniciativas que não foram possíveis de identificar, sejam elas de iniciativa de ONGs ou Associações, bem como por parte dos órgãos do Governo nacional.

Relativamente ao segundo ponto de análise, e apesar destes mais de 40 projetos dedicados à juventude, 69% dos jovens inquiridos através do questionário aplicado a jovens membros de organizações juvenis em todo o território nacional (2023) acha que não têm sido tomadas medidas concretas pelas instituições para responder às necessidades juvenis. Isto é, ainda que haja evidências que comprovam que têm sido feitos esforços no sentido de alcançar os objetivos consagrados na PNJ, estes não são sentidos por uma grande parte dos jovens, que consideram que as suas vidas não têm sido positivamente impactadas por essas iniciativas.

Por fim, e relativamente à análise de “avaliabilidade” da PNJ, foi possível constatar que, mesmo que tivessem sido implementados todos os mecanismos previstos no documento relativamente à sua monitorização e avaliação, dificilmente seria possível produzir conclusões objetivas sobre o nível de alcance de vários dos seus objetivos. Isto porque muitos dos objetivos foram definidos como meras atividades e não como mudanças de carácter qualitativo na vida dos jovens.

Este é outro argumento que reforça a necessidade de atualização e revisão técnica do documento. A título de exemplo, são expostos abaixo três exemplos de como as prioridades definidas na PNJ poderão ser difíceis, se não mesmo impossíveis de avaliar, tal como estão definidas.

Exemplo 1: Objetivo Geral 1 foi formulado como uma atividade, sem uma meta específica e sem se conhecer qual o progresso desejado: “Formar cidadãos empenhados na vida pública, na paz e na democracia”.

Exemplo 2: Objetivo Específico 5 foi formulado como um objetivo geral e não foi definida uma meta específica relativa ao progresso desejado ou ambicionado até final da vigência da Política: “Contribuir para aumentar bastante a taxa de escolarização”.

Exemplo 3: Objetivo Específico 7 bem formulado e com uma meta clara: “Reduzir para 1% a taxa de prevalência das IST/SIDA e erradicar as gravidezes precoces e não desejadas e a violência doméstica sobre as jovens”.

P10. Em que medida a implementação da PNJ foi abrangente a nível geográfico e temático?

Para além de identificar iniciativas dirigidas aos jovens e alinhadas com as prioridades da PNJ, a avaliação procurou conhecer a abrangência destas iniciativas ou projetos, quer em termos da sua cobertura geográfica, quer em termos do número de jovens alcançados.

Os dados recolhidos relativos a estes projetos ou atividades (lista completa abaixo), indicam que, até à data de realização desta avaliação foram abrangidos mais de 194 mil jovens, sendo que destes, mais de metade são raparigas (55%). Esta percentagem diz-nos que mais de 106 mil raparigas foram beneficiárias de, pelo menos, um dos projetos identificados.

Ver lista de projetos mapeados na página seguinte.

Lista dos projetos mapeados:

Nome da iniciativa (projeto ou atividade)	Organização/ Instituição que financia a iniciativa	Organização/ Instituição que implementa a iniciativa
Projeto " No ta geri mudança" Jovens e rapariga protagonista da inclusão na Guiné - Bissau	União Europeia	AIFO, ManiTese, AMIC e FADPD
FED XI and MIP 2021-2027	DUE	ENABEL, CAMÕES, IMVF, etc.
Appui au Développement des Filières porteuses et à la Création d'Emploi pour les Jeunes et les Femmes en région de Cacheu et Biombo	ANABEL	GRDR
No landa Djuntu - Drawing the pathway together: new leadership for meaningful participation, peace and stability in Guinea Bissau	PBF - Peacebuilding Fund (GYPI)	Interpeace
Inclusive Peaceful Land Management in Oio, Cacheu and Biombo regions	FAO (PBF funding GYPI)	Interpeace
Inclusive policies and institutions for a peaceful society: strengthening the social fabric and fostering youth meaningful participation in decision-making in Guinea-Bissau.	PBF - Peacebuilding Fund (GYPI)	Interpeace
Rumo a Agenda YPS - Acompanhamento ao IJ	Secretariado do PBF e Projeto landaGuiné! Djuntu	IJ - Apoio metodológico IP e VdP
Sensibilização de atores e dos sistema de educação em matéria de assédio sexual e direito humanos	ONU Mulher	Renluf e CNV
Imigração clandestina	OIM	Cnv com suas estruturas regionais
"No tene diritu a um vida sem violência - Reforço dos mecanismos de proteção às vítimas de VBG e promoção dos direitos das mulheres na Guiné-Bissau"	União Europeia	Mani Tese
Reforço de capacidade de OCB, Prevenção combinada das IST incluindo o VIH/SIDA, Atividades geradoras de rendimento, DSSR	Cooperação Luxemburguesa, Fundo Global, OMS, Expertise France	ENDA Guiné-Bissau
Escola de Paz	Embaixada da Venezuela	WANEP, Conselho Guineense para Paz e Cooperação, CONAEGUIB
Abandono da MGF	Fundos Próprios	ACODE em parceria com TARGET e.V.
Universidade Guineense de Juventude e Desenvolvimento	Governo e UNFPA	CNJ
Vamos cuidar das nossas raparigas e meninas	Julia Tast fund - Embaixada dos EUA	AMIC
Proteção das crianças e jovens vulneráveis em situação de mobilidade	Várias organizações, nomeadamente UE, UNICEF, OIM, Xunta de Galicia, PAPEV et SSI-AO	AMIC - Associação dos Amigos da Criança

Nome da iniciativa (projeto ou atividade)	Organização/ Instituição que financia a iniciativa	Organização/ Instituição que implementa a iniciativa
Tratamento sob Diretrizes Comunitária	ONG Sight Savers	Ministério de Saúde Pública
Clube dos homens	FNUAP	IMC
Enhancing the Human Rights Protection System of Guinea-Bissau	PBF	OHCHR, UNDP, UNICEF
Projeto de Gestão pacífica e Inclusiva da Terra	PBF	KAFO-FAO
Educação de Qualidade para todos	BM	Ministério da Educação
Rizoma	Instituto Camões	Engim
No Tene Diritu a um vida sem violencia	UE	Engim - Manitese
FOREM	UE	Engim
Projecto Melhoría da saúde juvenil para o aproveitamento do dividendo demográfico na Guiné, Guiné-Bissau e Gambia	UNFPA	IJ e redes juvenis
Projecto: Informação e sensibilização sobre a problemática de droga, HIV, SIDA	UNESCO	Instituto de Juventude em parceria com as redes juvenis
Elaboração da Política Nacional da Juventude	UNFPA	UNFPA e o Ministério da Cultura, Juventude e Desportos
Empoderamento dos jovens através do Dividendo Demográfico	UNFPA	UNFPA, Ministério da Saúde, Ministério da Juventude, Cultura e Desportos, as redes juvenis
Bemba Empreendedor	Embaixada dos EUA na Guiné-Bissau	CIDE
Girls Out Loud Plataforma Nha Fala	Plan International	Plan International em colaboração com diversas organizações juvenis (mais de 15)
Formação sobre Inteligência Artificial	CONAEGUIB / CTD	CONAEGUIB
Orientação vocacional e Profissional	IRMEC	CONAEGUIB
Formações em Liderança Feminina e Violência Baseada no Género	UNFPA, PNUD	RENAJELF

Nome da iniciativa (projeto ou atividade)	Organização/ Instituição que financia a iniciativa	Organização/ Instituição que implementa a iniciativa
I) Formação para 60 profissionais de saúde jovens a nível de 7 regiões sanitárias (Bissau, Bafatá, Gabú, Tombali, Bolama, Bubaque e Quinará); II) Formação para 20 jovens líderes das organizações juvenis a nível de 7 regiões sanitárias: Bissau, Bafatá, Gabú, Tombali, Bolama, Bubaque e Quinará, III) Realização de campanhas de informação, sensibilização e distribuição gratuita de preservativo para os jovens e adolescentes a nível regional, incluindo SAB; IV) Realização de 8 Edições de Encontros Nacionais da Juventude e População, um espaço privilegiado para os jovens discutirem vários assuntos de interesse da juventude, e com particular destaque para as questões sociais, económicos, políticos e culturais. Têm sido utilizados os serviços para divulgação de políticas e estratégias nacionais, regionais e mundiais. Sendo um desses documentos é a Política Nacional da Juventude.	Governo, através do Ministério da tutela, UNFPA, PNUD, SWISSAID, etc...	Fórum Nacional da Juventude e População.
The WHO in collaboration with the National Malaria Program from the Ministry of Health sensitised over 160 youth on the right to health, gender equality and equity in health.	UN_WHO	UN_WHO
Nó sta Djuntu	Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz - PBF	Voz di Paz e Interpeace
Políticas e instituições Inclusivas para uma sociedade Pacífica	Fundos das Nações Unidas para a Consolidação da Paz - PBF	Voz di Paz e Interpeace
Escola Nacional de Voluntariado	Fundo das Nações Unidas para a População	RENAJ
Juventude em Sinergia	UE / NU	landa Guiné! Djuntu / NU
Formações em Iniciação ao Mundo Laboral	UE/ landa Guiné! Djuntu	landa Guiné! Djuntu
Pequenos Planos de Mudança	UE/ landa Guiné! Djuntu	landa Guiné! Djuntu

É ainda importante referir que todas as regiões da Guiné-Bissau foram beneficiárias de algum tipo de intervenção. Aliás, vários dos projetos ou iniciativas acima listadas tiveram abrangência nacional, com ações específicas realizadas em cada uma das regiões do país.

P11. Quais são os principais desafios ou constrangimentos que a PNJ tem enfrentado?

As organizações que responderam ao questionário e ajudaram na identificação das várias iniciativas destinadas a jovens foram também questionadas não apenas sobre os principais desafios que têm enfrentado na implementação destas, mas também na sua atuação de forma mais global em prol do cumprimento dos objetivos da PNJ.

Em linha com o que se conhece do contexto guineense, estas organizações referiram que têm enfrentado desafios muito complexos, que limitam a qualidade das atividades ou colocam mesmo em causa a abrangência e impacto dos resultados alcançados junto dos mais jovens.

Entre os vários desafios identificados, os que foram mais destacados foram a falta de envolvimento e sentido de compromisso do Estado em matérias de juventude, as severas limitações financeiras e falta de recursos económicos para desenvolver atividades, as também complicadas limitações logísticas e materiais (falta de espaços, dificuldades ao nível do transporte, falta de equipamentos, etc.), as dificuldades de comunicação, articulação e cooperação entre atores, a dificuldade de mobilização dos próprios jovens para participarem nas atividades e as dificuldades de coordenação entre os diferentes atores do setor.

P12. O que tem sido feito para contornar esses desafios?

Apesar destes desafios, e como referido anteriormente, as organizações internacionais e as próprias associações guineenses têm procurado soluções criativas e alternativas válidas para manter a sua atuação e continuar a fazer frente aos desafios que afetam a vida dos jovens.

Durante o seminário final de apresentação e discussão dos resultados desta avaliação foi possível auscultar várias organizações de juventude e redes juvenis, no sentido de identificar algumas dessas soluções. Entre as várias ideias partilhadas, destacam-se: o recurso ao apoio de voluntários; a procura, junto de parceiros, pela cedência de espaços para realização de atividades; o apoio prestado pelas comunidades para organizar as atividades, em particular o que lhes é dado pelas mulheres; a cobrança de quotas junto dos jovens e pessoas associadas das organizações para conseguirem captar receitas; a realização de pedidos de donativos nas comunidades e junto de empresas; a submissão de pedidos constantes de financiamento junto de ONGs internacionais; e a cobrança de pequenos valores nalgumas atividades, junto dos participantes destas.



4. Conclusões da Avaliação

4. Conclusões da Avaliação

Com base nos dados recolhidos e na resposta dada a cada uma das questões de avaliação, as conclusões da avaliação são as seguintes:

Relevância

Conclusão 1. O processo de desenvolvimento da PNJ procurou seguir os princípios de uma abordagem participativa, tendo sido liderado por uma Comissão Multissetorial de Elaboração da Política Nacional de Juventude e tendo sido realizados vários momentos de concertação regional e um evento de concertação nacional. Contudo, os dados recolhidos pela avaliação indicam que os jovens participantes nos processos de concertação foram sobretudo os que fazem parte de associações, o que não garante uma representatividade adequada de toda a juventude nacional.

Conclusão 2. A PNJ, as suas prioridades temáticas e objetivos estão perfeitamente alinhados com as principais orientações definidas pelos instrumentos de planeamento estratégico e político a nível regional e global.

Conclusão 3. De acordo com as informações recolhidas junto dos jovens, existe um desconhecimento generalizado da PNJ por parte destes. Os dados indicam que a grande maioria dos jovens não sabe da existência de uma Política Nacional de Juventude e, os que ouviram falar do documento, desconhecem os seus objetivos e prioridades.

Conclusão 4. Ainda que a maioria das organizações ativas no sector da juventude revelem saber da existência da PNJ, a sua maioria tem um conhecimento reduzido dos seus objetivos e prioridades, e consideram ser pouco envolvidas no acompanhamento da sua implementação.

Conclusão 5. Entre as organizações governamentais que responderam ao questionário, o grau de conhecimento da PNJ é superior, mas a maioria considera também serem pouco envolvidas no acompanhamento da sua implementação.

Conclusão 6. O diagnóstico do sector realizado no âmbito da PNJ reflete muitas das necessidades e preocupações dos jovens, nomeadamente ao nível dos temas ou áreas de diagnóstico identificadas. No entanto, alguns temas que são hoje uma crescente preocupação entre as gerações mais novas não foram incluídos no diagnóstico.

Conclusão 7. Relativamente à qualidade do diagnóstico, o documento apresenta uma breve caracterização da situação para cada uma das áreas de diagnóstico e algumas informações estatísticas sobre o ponto de situação à data da realização do diagnóstico. Contudo, os problemas a resolver por meio da PNJ não são identificados de forma clara e não é definido o nível de prioridade de cada um desses desafios.

Conclusão 8. As prioridades estratégicas, objetivos e ações definidas no âmbito da PNJ estão alinhadas com as necessidades e interesses dos jovens, na medida em que respondem a muitas das suas maiores preocupações. Contudo, e tal como no caso do diagnóstico, os jovens sentem que a PNJ não abrange alguns temas que são prioritários para as gerações mais novas da Guiné-Bissau.

Conclusão 9. A PNJ é um documento de orientação estratégica útil para o sector, pois identifica as áreas e medidas que devem ser priorizadas e é um apoio importante para as organizações juvenis que conhecem e têm acesso ao documento para definirem os planos de atividades e posicionamento em termos de atuação.

Eficácia

Conclusão 10. Os dados indicam que várias organizações, incluindo organismos públicos, ONGs e entidades internacionais, têm contribuído para a implementação de projetos e atividades que estão perfeitamente alinhadas com os objetivos da PNJ. No total foram identificados mais de 40 projetos direcionados a jovens desde 2015.

Conclusão 11. Apesar disto, a maioria dos jovens auscultados consideram que não têm sido tomadas medidas concretas para responder às suas necessidades e ambições.

Conclusão 12. Algumas incongruências técnicas na definição de vários objetivos, redigidos como “ações a desenvolver” e não como mudanças a alcançar, bem como a inexistência de um sistema de monitorização e avaliação, e um acompanhamento sectorial regular dos avanços realizados, dificulta a avaliação de forma objetiva do grau de alcance dos objetivos e o do nível de superação dos problemas identificados no diagnóstico.

Conclusão 13. De acordo com as informações partilhadas pelas partes auscultadas e com o levantamento de projetos implementados desde 2015, têm sido realizadas atividades enquadradas nas prioridades da PNJ em todas as regiões do território. Essas atividades têm também abrangido a maioria dos temas definido como prioritários na PNJ.

Conclusão 14. Com base nas evidências recolhidas, o número de jovens beneficiários por projetos implementados no âmbito das prioridades da PNJ é bastante elevado, o que indica que têm sido feitos alguns esforços relevantes no sentido de garantir a abrangência da PNJ junto dos jovens. Contudo, existe pouca informação sobre os impactos que essas intervenções têm tido na vida dos jovens e na resolução dos seus problemas.

Conclusão 15. As organizações envolvidas na implementação de projetos e atividades direcionadas aos jovens têm enfrentado diversos desafios, que limitam a qualidade das atividades ou dos resultados. Entre os principais desafios identificados destacam-se:

- o fraco engajamento do Estado
- limitações financeiras e falta de recursos económicos
- limitações logísticas e materiais
- fraca comunicação entre atores
- fraco engajamento dos beneficiários
- fraca coordenação no trabalho

Conclusão 16. Apesar desses desafios, as organizações juvenis e as redes de que fazem parte têm conseguido encontrar soluções criativas para encontrar forma e os meios para conseguir tentar dar uma resposta aos anseios dos jovens.

5

5. Recomendações da Avaliação

5. Recomendações da Avaliação

5.1 Recomendações principais

O presente capítulo apresenta as recomendações da avaliação, desenvolvidas de forma colaborativa com membros de diversas Redes e Organizações Juvenis da Guiné-Bissau, bem como com algumas entidades públicas do país.

As recomendações visam dar uma resposta aos principais desafios identificados pela avaliação, a saber:

1. Política Nacional de Juventude desatualizada
2. Falta de conhecimento da Política Nacional de Juventude por parte dos jovens e principais entidades com responsabilidades no sector
3. Nível reduzido de implementação da Política Nacional de Juventude
4. Dificuldades de monitorização e avaliação da Política Nacional de Juventude por parte da sociedade guineense e do próprio Instituto da Juventude

Desafio 1: Política Nacional de Juventude desatualizada

Recomendação 1.1 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude que atualize a PNJ.

Recomendação 1.2 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude que envolva as organizações parceiras e ONGs na mobilização de fundos e apoio técnico para a realização do processo de atualização da PNJ.

Recomendação 1.3 – Recomenda-se às Organizações e Redes Juvenis que alinhem os seus Planos de Trabalho Anuais com as prioridades da PNJ.

Recomendação 1.4 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude que reforce a inclusão e promoção do empreendedorismo juvenil e empoderamento das meninas nos objetivos da PNJ.

Desafio 2: Falta de conhecimento da PNJ

Recomendação 2.1 – Recomenda-se às Redes Juvenis e Parceiros Internacionais a criação de programas radiofónicos para divulgação da PNJ.

Recomendação 2.2 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude e às Redes Juvenis que mobilizem fundos para realizar debates nos órgãos de comunicação social como forma de sensibilização, envolvendo pessoas com deficiência.

Recomendação 2.3 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude que divulgue a PNJ através de conferências e *djumbais* com líderes das Organizações e Redes Juvenis.

Recomendação 2.4 – Recomenda-se aos líderes das Redes Juvenis que promovam ações de formação aos membros das redes sobre a PNJ.

Recomendação 2.5 – Recomenda-se às Redes Juvenis que acompanhem as Organizações de base na promoção e divulgação da PNJ.

Recomendação 2.6 – Recomenda-se às Redes Juvenis que disseminem a PNJ nos campos de férias juvenis.

Recomendação 2.7 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude e às Redes Juvenis que capacitem líderes de opinião sobre a PNJ e os envolvam na sua disseminação.

Recomendação 2.8 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude e às Redes Juvenis que envolvam as Associações Académicas na divulgação da PNJ.

Recomendação 2.9 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude e às Redes Juvenis a criação de uma Comissão Nacional de media, poder tradicional e religiosos para disseminação da PNJ.

Desafio 3: Falta de implementação da PNJ

Recomendação 3.1 – Recomenda-se aos Parceiros Internacionais que priorizem apoio aos projetos alinhados com a PNJ.

Recomendação 3.2 – Recomenda-se ao Governo a criação e execução de um “bolo orçamental” no Orçamento Geral do Estado para o Instituto da Juventude financiar as atividades das Organizações Juvenis alinhadas com a PNJ.

Recomendação 3.3 – Recomenda-se ao Governo a inclusão dos objetivos da PNJ no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Recomendação 3.4 – Recomenda-se ao Governo a criação de um fórum de mobilização de fundos para a execução da PNJ.

Desafio 4: Monitorização e avaliação da PNJ

Recomendação 4.1 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude a criação de Comité de Seguimento e Avaliação envolvendo técnicos das Redes Juvenis.

Recomendação 4.2 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude e aos Parceiros Internacionais que envolvam os Parceiros e potenciais financiadores nos processos de avaliação da PNJ.

Recomendação 4.3 – Recomenda-se ao Instituto da Juventude a realização de avaliações semestrais ou anuais da implementação da PNJ junto as organizações.

5.2 Recomendações do consultor

Para além das recomendações acima apresentadas, e que foram desenvolvidas de forma participativa com as várias Redes Juvenis e órgãos do Estado presentes no seminário de apresentação dos resultados desta avaliação, são propostas abaixo algumas recomendações com um cariz mais técnico e da responsabilidade do consultor responsável pela condução da avaliação:

Recomendação do consultor 1 – Aquando do processo de atualização da PNJ, deverá ser revista a formulação de orientações estratégicas, objetivos gerais e específicos, por forma a garantir a conformidade de todos os componentes estratégicos da PNJ. Assim,

- as orientações estratégicas deverão definir a visão política para cada tema;
- os objetivos gerais deverão ser formulados com o verbo “contribuir para” e referir a mudança maior para a qual a PNJ deve contribuir em cada tema;
- os objetivos específicos devem ser formulados sob a forma da mudança que se pretende alcançar, utilizando verbos de mudança: aumentar, reduzir, melhorar, etc.

Recomendação do consultor 2 – Para cada objetivo específico deverá ser definida uma meta que permita, por um lado compreender qual o nível de melhoria que se pretende alcançar até 2035 e, por outro lado, facilitar a avaliação da eficácia da PNJ no alcance dessa mudança.

Recomendação do consultor 3 – O processo de atualização da PNJ deve ainda ter em conta os vários temas sinalizados pelos jovens durante esta avaliação que são uma preocupação para estes e não estão considerados no documento. A saber:

- educação
- alterações climáticas
- combate à corrupção
- acesso a serviços de saúde de qualidade
- transportes
- agricultura
- acesso e posse da terra
- migrações

Recomendação do consultor 4 – Por forma a garantir uma monitorização e avaliação eficazes do desempenho da implementação da PNJ, deverá ser desenvolvida uma matriz de avaliação com indicadores de desempenho para cada um dos objetivos específicos e ações incluídas na PNJ.

Anexo.1 Lista de entidades consultadas por meio dos grupos focais com jovens membros de organizações juvenis

AIFO

AMIC – Associação dos Amigos da Criança

CIDE – Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial

Comité Nacional de Voluntários de Guiné-Bissau

Confederação Nacional das Associações Estudantis da Guiné-Bissau-CONAEGUIB

Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau

ENDA Guiné-Bissau

ENGIM

Federação Camponesa KAFO

Fórum Nacional da Juventude e População (FNJP)

GRDR

IMVF/ Ianda Guiné! Djuntu

Interpeace

Mani Tese

Office of the High Commissioner for Human Rights

Plan International Guiné-Bissau

Rede Nacional das Associações Juvenis -RENAJ

Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes da Guiné-Bissau

TARGET e.V.

UNFPA

Universidade Lusófona da Guiné-Bissau

Voz di Paz

WANEP-GB

World Health Organization

Anexo.2 Lista de organizações governamentais da Guiné-Bissau que responderam ao questionário

Conselho Nacional de Juventude
DGEPAE/EDUCAÇÃO
Instituto da Mulher e da Criança
Instituto de Juventude

Anexo.3 Lista de entidades consultadas por meio dos grupos focais com jovens membros de organizações juvenis

ADRG
AFAB
AFAD
AFAIOG
AFAO
AFAT
AGRICE
AJBAA
AJBAA
AJODEFCA
AJOFADESA
A.L.C
APDRT-DEF
Associação de Base Soga
CAAEP-C
Cofradrec
Colaboração Bôr
Comunidade Islâmica
CONAEGUIB
Conselho Regional de Juventude de Bafatá
Conselho Regional de Juventude de Biombo
Conselho Regional de Juventude de Bissau
Conselho Regional de Juventude de Bolama
Conselho Regional de Juventude de Cacheu
Conselho Regional de Juventude de Gabú
Conselho Regional de Juventude de Oio
Conselho Regional de Juventude de Quinara
Conselho Regional de Juventude de Tombali

Conselho Setorial de Juventude de Bafatá
Conselho Setorial de Juventude de Bubaque
Conselho Setorial de Juventude de Cacheu
Conselho Setorial de Juventude de Gabú
Conselho Setorial de Juventude de Oio
Decola Inhené
Embaixador de Paz
Fórum de Juventude
FNJP
FONAIFFP
Fundação Bacari Camara
IDC
Igreja Evangelica
Irmãos Unidos-Bula
Jovens Líderes-Bolama
Juventude Católica
Juventude Evangélica
MAJ
NUNTUDJ-ANKOWA
Parlamento Infantil
PJRB
R.M.C
RCJJ
REJAC
RENAJ
RENAJELF
RENAJOQ
RENLUV
ROBEC
Rose-Prabis
Rose-Safim



Interpeace Guiné-Bissau

Escritório da Voz di Paz,
Bairro de Enterramento CP588
Bissau, Guiné-Bissau
ferrati@interpeace.org



In partnership with the United Nations



Voz di Paz

Bairro de Enterramento CP588
Bissau, Guiné-Bissau
vozdi pazgb@gmail.com
<https://www.vozdipaz.org/>

www.interpeace.org

X @InterpeaceTweet in @interpeace